

FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUZA

PÁDUA CAMPOS

A morte projeta os grandes homens. Após o desaparecimento físico, como que eles avultam e se tornam maiores, vistos que passam a ser com mais benevolência para com os humanos defeitos e as deficiências, que todos também os possuem. Só o julgamento da história é isento de paixões e, por conseguinte, justo.

Aqui não vim para arrancar aplausos desta instituição tão representativa da inteligência e da cultura do Ceará, cujas portas transpuz sumamente penhorado pelo convite que me foi feito, por iniciativa de meu primo-irmão, professor João Hipólito Campos de Oliveira, para discorrer sobre a personalidade de Faustino de Albuquerque e Souza, no centenário de seu nascimento. Aqui estou, lisonjeado e agradecido, para formular o elogio daquele que, antes e acima de tudo, foi um homem simples e austero, com muito mais títulos de dignidade pessoal do que de erudição em qualquer dos ramos da ciência, mas que, tendo exercido os mais elevados cargos dos Poderes Judiciário e Executivo do Ceará, neles deixou a marca de sua personalidade, de sua probidade indúvidosa, de sua dedicação por inteiro ao cumprimento do dever, do seu zelo para com o que lhe parecia ser o bem público. Mais corajoso e mais reto é difícil encontrarmos.

Faustino de Albuquerque e Souza, de origem da classe média quando era o Ceará muito mais pobre do que hoje, guardaria para o resto de sua existência, que se finou às

vésperas de completar 79 anos de idade, a condição de homem metódico, que viveu para o trabalho e a família, com orçamento contado, sem qualquer ostentação. Sua trajetória na vida não foi fácil. Nascido em Pacatuba, aos 15 de dezembro de 1882, filho de José Libânio de Souza, coletor federal, e de Crispiana de Albuquerque e Souza, virtuosíssima senhora que trabalhava em comestíveis caseiros para venda externa a fim de ajudar o marido e para melhor poder criar a filharada, pertenceu à geração dos que, ainda adolescentes, se deixaram atrair pela tentação da Amazônia quando a borracha atingia preços astronômicos no mercado internacional. Mas naquela região demoraria pouco. Voltou ao Ceará, em cuja Faculdade de Direito colou grau em 1910, e foi o orador de sua turma.

Primeiro diretor do Teatro José de Alencar, professor de Português e Francês dos melhores estabelecimentos de ensino do seu tempo, em Fortaleza, estava, no entanto, predestinado à magistratura, onde pontificou por mais de 30 anos como um grande Juiz, desses que, embora sem jactância no comportamento, logo se vêem cercados por uma aura de respeito e admiração. Certa feita, instado a simular uma eleição, para agradar ao Governo, realizou-a de verdade, com risco da própria vida, na cidade de Camocim. Foi por isso punido com a disponibilidade, aplicada através do artifício da supressão da comarca.

Anos mais tarde, voltaria ao serviço ativo e pouco depois chegava ao Tribunal de Justiça do Estado, onde pontificou por 17 anos, sem conhecer outro caminho a não ser o percurso entre sua casa e a corte a que pertencia e da qual foi presidente duas vezes. Presidiu, igualmente, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em 1933, quando de sua criação, e novamente em 1945, quando expirava o Estado Novo e o Brasil voltava aos postulados democráticos.

Em 1947, seria eleito Governador do Estado e iria viver a mais amarga das experiências. O bom Juiz se revelaria um mau político, pois sendo um homem de princípios não sabia

transigir. Tinha, só para exemplificarmos, aversão ao jogo e por isso o combateu, indiferente à impopularidade daí resultante. Por economia, extinguiu cerca de mil cargos, à medida em que iam vagando, por entender que era sua obrigação fazê-lo, ainda que contrariando correligionários.

Há um fato, indiretamente ligado a esta entidade, que diz bem quem era Faustino de Albuquerque. O Dr. Pompeu Sobrinho, presidente perpétuo do Instituto, foi quem subscreveu em primeiro lugar um manifesto de intelectuais de apoio à candidatura do general Onofre Muniz Gomes de Lima, que concorria com Faustino de Albuquerque ao Governo do Estado. Pois bem, eleito, Faustino convidou Pompeu Sobrinho para ser seu Secretário de Agricultura e Obras Públicas, cargo que exerceu, prestigiado, até o último dia do Governo. Dos Secretários, Pompeu era o único que despachava com o Governador sem formalismo, os dois se tratando pelo prenome. O Secretário chamava o Governador de Faustino e o Governador chamava o Secretário de Tomaz. Findo um despacho, seguia-se uma conversa descontraída, sobre generalidades, entre ambos. Oficial de Gabinete do Governador, ainda muito moço, lembro-me que certa feita, por volta do mês de novembro, numa dessas conversas a que aludi, o Governador perguntou ao Dr. Pompeu Sobrinho se no ano seguinte teríamos inverno, graça do céu de que ainda hoje muito dependemos.

“Faustino, a gente nunca pode saber com exatidão, com certa antecedência, porque a meteorologia, quanto a previsões de meses, ainda engatinha”. Assim começou o Dr. Pompeu uma dissertação sobre clima e o Nordeste, finda a qual, eu, que a escutava um pouco a distância, mas muito atento, exclamei de mim para comigo: “Como é que esse homem sabe tanto!”

Como Governador, Faustino de Albuquerque levava a honestidade a extremos, sem, contudo, disso fazer praça, convencido de que apenas cumpria uma obrigação elementar. Em todo o seu quadriênio, foi custeada do seu bolso a alimentação

destinada ao então Palácio da Luz, onde nunca se serviu bebida alcoólica, oferecendo-se às visitas somente cafezinho e, em certas solenidades, cajuína.

Cioso do princípio de autoridade, defendeu-o até as últimas conseqüências. Lia atentamente todas as críticas e ataques da imprensa ao seu Governo, fazendo anotações para efeito de mandar investigar fatos denunciados. Temperamento forte e, por vezes, explosivo, era, no entanto, logo contido por sua formação de magistrado.

Na vida privada, foi bom filho, bom marido, bom pai, bom irmão, bom avô, bom parente e bom amigo. Deu, com o seu nome, projeção à família Albuquerque, que muito lhe ficou a dever. Como um de seus sobrinhos e seu protegido, tive o caminho da vida facilitado pelo interesse que por mim sempre demonstrou, desde o dia em que, aos 11 anos, perdi meu pai e levou-me a morar em sua companhia.

Ao abrir-me as suas portas, para que usasse da palavra nesta tarde, o Instituto do Ceará, tão fiel à memória histórica do nosso Estado, se associa às manifestações pelo transcurso do centenário de nascimento do desembargador Faustino de Albuquerque e Souza. Em nome de sua família, expresso agradecimentos por esse gesto de distinção a todos os membros do Instituto, a maioria dos quais creio que conheceu o homenageado, de quem se pode dizer que foi um Homem.